



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

25/12/97
30/12/97

Aprovado pela Câmara Municipal de
Vereadores de Sagrada Família

em 11 12 1997

Dalmir

PROJETO DE LEI No. 057/97

Presidência
Dalmir Valdir Rangel

Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com o BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.-BANRISUL, como Órgão Gestor do Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social - FUNDOPIMES.

JOSÉ ALDORI DE LIMA, Prefeito Municipal de Sagrada Família/RS, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 27, item I e III da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1o. - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL, como órgão gestor do FUNDOPIMES, operações de crédito, até o limite de **R\$ 210.000,00** reajustáveis pela Taxa Referencial de Juros - TR ou outro índice oficial indicado pelo Governo Federal, ou índice que esteja conforme às normas federais editadas a partir de 01 de fevereiro de 1991, tendo como data-base o mês de **Novembro de 1997** a serem aplicados na execução do Programa Integrado de Melhoria Social.

Artigo 2o. - Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimento e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e notadamente o que dispõe a Resolução no. 69/95 de 14.12.95 do Senado Federal.

Artigo 3o. - Fica o Poder Executivo autorizado a dar em garantia das operações de crédito de que trata esta Lei as parcelas que se fizerem necessárias do produto da arrecadação tributária municipal, inclusive quotas-partes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Municípios.

Artigo 4o. - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal dentro de 30 dias, contados da contratação das operações de crédito autorizadas por esta lei, cópias dos respectivos instrumentos contratuais.

Artigo 5o. - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, até o limite de **R\$ 70.000,00** reajustáveis de acordo com o estipulado no Artigo 1o., tendo como data-base o mês de **Novembro de 1997** para aplicação da contrapartida do Município ao Programa Integrado de Melhoria Social (PIMES).

Artigo 6o. - Os créditos a que se refere o artigo anterior terão como contrapartida financeira reduções de dotação orçamentária e excesso de arrecadação tributária.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete do Prefeito

Artigo 7o. - Dos orçamentos anuais do Município constarão as dotações orçamentárias necessárias no atendimento dos encargos decorrentes das operações de crédito autorizadas pela presente Lei.

Artigo 8o. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1997.



JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal